

## Síntese Executiva

Em 2022, as nações do mundo comprometeram-se a conservar pelo menos 30% da terra e dos oceanos do Planeta até 2030, no âmbito do Quadro Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal (GBF). Esta meta global 30x30 é o mais ambicioso compromisso de conservação jamais assumido e um passo fundamental para enfrentar o duplo desafio de alterações climáticas e perda de biodiversidade. Em suma, ainda não estamos a conseguir cumprir a meta 30x30. Os países devem conservar mais do seu património de águas nacionais e trabalhar em conjunto para aumentar a proteção da vasta área de águas internacionais para além das suas fronteiras (alto-mar). Além disso, a conservação dos oceanos deve ser mais "eficaz", ou seja, com normas de qualidade e regulamentação mais rigorosas, para alcançar os resultados pretendidos de biodiversidade definidos pelo GBF. É importante salientar que o trabalho não deve parar quando a meta 30x30 for atingida. Uma vez atingida, estaremos numa posição mais forte para trabalhar em prol do objetivo mais amplo do GBF, da humanidade a viver em harmonia com a natureza até 2050.

Este relatório fornece informações sobre a situação atual da conservação global dos oceanos (ver Anexo 1 para informações sobre os dados e as metodologias) e cinco recomendações aos governos para melhorar e acelerar ação para a conservação dos oceanos. As recomendações foram concebidas para informar o debate na COP16 da ONU Conferência sobre a Biodiversidade em outubro de 2024. Colocar estas cinco recomendações-chave no topo da lista da agenda ajudará a garantir que a meta 30x30 seja alcançada com uma proteção eficaz estabelecida. É do interesse dos governos fazê-lo. A investigação demonstra que as zonas marinhas efetivamente protegidas têm maior probabilidade de gerar os benefícios ecológicos, sociais e económicos atribuídos à conservação. Cumprir a meta 30x30 é essencial para proteger a riqueza dos oceanos e a biodiversidade, que tem um valor intrínseco para além do valor humano benéfico. Ao preservar os ecossistemas marinhos, sustentamos as provisões críticas de quais dependemos - como alimentação, regulação climática e captura de carbono - garantindo a saúde e o equilíbrio do nosso planeta.

1. Aumentar a quantidade (cobertura) das zonas abrangidas pela conservação, tanto em águas nacionais como internacionais (alto-mar) e estabelecer objetivos nacionais de conservação marinha.

Apenas 8,3% das áreas marinhas mundiais são declaradas protegidas (seja como AMP [Áreas Marinhas Protegidas], ou OMEC [Outras Medidas Eficazes de Conservação]) Na atual taxa de progresso - um aumento de 0,5% desde a adoção do GBF em 2022 - este valor é projetado para aumentar para apenas 9,7% até 2030. É evidente que precisamos de aumentar os esforços de proteção das zonas marinhas se quisermos atingir a meta 30x30 e travar e inverter a perda da natureza a longo prazo. Os países devem proteger áreas mais amplas das suas águas nacionais e trabalhar em conjunto para expandir proteção nas vastas águas internacionais para além das suas fronteiras (alto-mar). Os países precisam de proteger mais as zonas marinhas nas suas águas nacionais, que se estendem até 200 milhas náuticas da linha da costa. Nestas zonas, os países costeiros têm direitos especiais para explorar e gerir os recursos marinhos. Apenas 14

países declararam mais de 30% das suas águas como áreas protegidas: o Mónaco, Palau, o Reino Unido, o Cazaquistão, a Nova Zelândia, a Austrália, a Argentina, a Alemanha, o Chile, a Colômbia, a Bélgica, a França, as Seychelles e os Países Baixos. Faltam apenas seis anos para cumprir o objetivo global de 30%, por isso os países devem aumentar significativamente os seus compromissos e ações no âmbito das suas políticas nacionais águas. Embora a meta 30x30 seja uma iniciativa global, os países precisam de estabelecer as suas próprias metas nacionais, definindo as suas contribuições para o esforço global. Atualmente, as metas estabelecidas pelos países são pouco ambiciosas, tanto Estratégia Nacional e Plano de Ação para a Biodiversidade (ENPAB) e outras políticas nacionais. Para acelerar a ação em matéria de escala mundial, os países devem estabelecer objetivos mais ambiciosos objetivos a nível nacional.

A criação de novas AMP requer um planeamento cuidadoso e consideração das condições ecológicas. As AMP devem, por exemplo, ser suficientemente amplas para reduzir efeitos de borda, e as redes de AMP devem garantir representação adequada dos ecossistemas e das espécies, e a diversidade genética, e promover a proteção ecológica conectividade. Além disso, devem ser envidados esforços para regenerar ecossistemas marinhos degradados em zonas ocupadas e regiões industrializadas, em vez de se concentrar apenas em hotspots de biodiversidade em locais remotos. O estabelecimento de AMP em zonas de elevada extração são particularmente relevantes para a recuperação de unidades populacionais de peixes sustentáveis e para a atenuação das alterações climáticas e resiliência. Não é possível atingir a meta 30x30 sem proteções baseadas em zonas no alto-mar. Estas são as partes do alto-mar que se encontram para além dos limites de qualquer país, e cobrem dois terços do oceano e quase metade do planeta. No entanto, até à data, apenas cerca de 1,4% do alto-mar está sob alguma forma de proteção - e tendo em conta uma proteção eficaz, este valor cai para menos de 1%. O Tratado do Alto-mar, formalmente conhecido como o acordo no âmbito da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM [UNCLOS em inglês]), relativo à conservação e à utilização sustentável da biodiversidade marinha nas áreas não sujeitas à jurisdição nacional (BBNJ), uma vez em vigor, estabelecerá um quadro jurídico para a criação de áreas protegidas em águas internacionais, encerrando uma importante lacuna na governação mundial dos oceanos. Garantir as 60 ratificações para que o Tratado se torne internacional é um primeiro passo necessário para criar as instituições necessário para a conservação do alto-mar, incluindo um mecanismo financeiro equitativo para a governação destas águas. De seguida, os governos terão de trabalhar em conjunto. Identificar, desenvolver e utilizar os recursos das zonas protegidas.

## 2. Melhorar a qualidade de conservação marinha (implementar uma proteção eficaz)

A simples designação de área protegida não é suficiente. O sucesso efetivo na realização dos objetivos de conservação da biodiversidade do GBF depende da qualidade da proteção nestas zonas, também designado por proteção eficaz. Isto significa que existe regulamentação e uma gestão ativa que garanta o mínimo de ou nenhuma prática nociva - como a pesca industrial, mineração e exploração de petróleo e gás - permitindo resultados de alcançar resultados de conservação efetivos. Este relatório revela que, dois anos após a adoção do GBF, apenas 2,8% das áreas marinhas do mundo foram consideradas suscetíveis de assegurar uma proteção

eficaz, sublinhando a necessidade urgente de esforços de conservação (SkyTruth & MPAtlas, 2024). Este desfasamento entre a cobertura e a eficácia é uma questão recorrente, mesmo nas regiões que fazem mais progressos em direção à meta de 30 %. Por exemplo, enquanto a América Latina e as Caraíbas parecem liderar em conservação marinha, com 26,6% dos oceanos designados como AMP, apenas 2,5% foram avaliadas como proteção eficaz provável. Os restantes 24% têm um nível de proteção muito baixo ou não foi avaliado em relação ao Guia de AMP.

A América do Norte protegeu 22,3% das zonas marinhas, mas apenas 17% foram avaliadas como suscetíveis de serem eficazes. A Europa protegeu 23,3%, mas apenas 7,4% foram avaliadas como suscetíveis de serem efetivamente protegidas. A nível nacional, apenas duas nações protegeram efetivamente mais de 30% das suas águas: o Reino Unido (38,9%) e Palau (77,9%). No entanto, ao analisar o estudo de caso do Reino Unido (ver página 36), verificamos que uma proteção muito eficaz ocorre apenas nos seus territórios ultramarinos, destacando um claro desfasamento entre cobertura e eficácia nas suas águas interiores. Embora 47% das águas do Reino Unido são designadas como AMP, quase nenhum (<0,1%) dos domínios avaliados é efetivamente protegido. Este facto resulta, em grande medida, de uma abordagem "baseada em características", segundo a qual apenas características ou espécies específicas são protegidos numa AMP, e não o ecossistema no seu conjunto. Consequentemente, mais de metade destas AMP continuam a permitir métodos de pesca destrutivos, tais como pesca de arrasto pelo fundo. A proteção efetiva, e não apenas a cobertura, deve ser o objetivo final de alargar a proteção dos recursos marinhos áreas sob a meta 30x30. Isto aplica-se tanto a as AMP existentes e futuras, muitas das quais não têm normas de qualidade e fiscalização. Na contabilidade GBF, os governos só devem contar as AMP que são implementadas/geridas ativamente e altamente/completamente protegidas.

### 3. Apoiar os povos indígenas e as comunidades locais

Os povos indígenas (PI) e as comunidades locais (CL) têm papéis fundamentais a desempenhar e devem estar no centro da conservação marinha. Os esforços devem apoiar, e não deslocar, os PI e as CL, que desenvolveram frequentemente práticas sustentáveis e são administradores fundamentais da biodiversidade. Os governos devem reconhecer e restaurar os direitos dos PI e garantir a sua liberdade, com consentimento prévio e informado relativamente às decisões tomadas sobre as suas águas e terras. Estes grupos devem ser habilitados a criar e gerir as áreas de conservação marinha respetivas dos seus direitos distintos. Os responsáveis pela tomada de decisões devem incorporar o conhecimento tradicional na gestão para garantir que a conservação seja culturalmente adequada e alinhada com os valores locais. Ao fundamentar estratégias de gestão no conhecimento tradicional, quer independentemente, quer em conjunto com a ciência moderna, a conservação pode ser mais eficaz e respeitando as comunidades que pretende beneficiar. Os governos nacionais devem canalizar recursos para incluir e apoiar os PI e as CL, reconhecendo o seu conhecimento da biodiversidade que sustentam.

#### 4. Desbloquear financiamentos (internacionais) suficientes e sustentáveis

A proteção eficaz da biodiversidade depende da capacidade de construção, envolvimento das partes interessadas, gestão, investigação científica e controlo; todos eles dependem de um financiamento adequado e contínuo. Atualmente, os governos destinam cerca de 68 mil milhões de dólares por ano para a biodiversidade, mas para atingir o objetivo da Convenção sobre Diversidade Biológica de 200 mil milhões de euros por ano, provenientes de todas as fontes, até 2030, devem mobilizar mais recursos. Embora cada país é responsável pela afetação de recursos adequados para gerir áreas protegidas, algum grau de redistribuição é necessário para atingir os objetivos globais de conservação. As nações mais ricas devem contribuir com a sua quota-parte para apoiar países com menos recursos, cumprindo os seus compromissos e permitir uma melhor governação das áreas protegidas. No âmbito do GBF, os países desenvolvidos comprometeram-se a disponibilizar pelo menos 20 mil milhões de dólares por ano para os países em desenvolvimento até 2025 e 30 mil milhões de euros até 2030. Atualmente, este compromisso não está a ser cumprido. Além disso, a qualidade do financiamento é essencial; o financiamento deve ser acessível e económico, dar prioridade à biodiversidade como objetivo principal e ser equitativamente distribuído e orientado para as instituições locais e comunidades que gerem áreas protegidas.

#### 5. Melhorar os relatórios e recolha de dados

Para acompanhar eficazmente os progressos no âmbito da meta 30x30, a recolha de dados normalizada é essencial. Os dados atuais, comunicados pelos próprios, incluem frequentemente áreas que não são aplicadas ou carecem de proteção eficaz. Para o efeito, os responsáveis pela tomada de decisões devem consultar o Guia de AMP para determinar a proteção adequada adaptada a contextos locais específicos. Para além disso, os relatórios abrangentes devem ir mais longe. Para a meta 30x30 alcançar verdadeiramente a conservação da biodiversidade, a cobertura das AMP deve ser eficaz e representativa, bem conectada e equitativa. Por conseguinte, a combinação de conjuntos de dados críticos e fiáveis que fornecem métricas para cada uma destes componentes é fundamental para entender de forma global o progresso e criar um caminho para o futuro.